

1 **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONDISI AL/SE MANINHA XUKURU**
2 **KARIRI**, realizada no período de 01 a 02 de março de 2018, no auditório do DSEI AL/SE, situado
3 na Rua Prestestato Ferreira Machado, Maceió – AL. Estiveram presentes os conselheiros
4 Antonio da Silva – Kalanko; Juarez de Souza – Karapotó Plakiô; Dijalma Saraiva – Aconã;
5 Manoel Messias da Silva – Coité-Xukuru kariri; Izabel de Souza Oliveira Silva – karuazu; Eline
6 Juvita de Lima – Wassu Cocal; Maria das Graças Soares – Katokinn; Rosicleide Santos da Silva –
7 Karapotó Terra Nova; Paulo Silva de Souza – Koiupanka; Benício José de Lima Junior – Wassu
8 Cocal; Representante da APOINME; Everson Araujo Silva - Geripanko Bruna Lorena Araújo
9 Pereira – Katokinn – Representante do nível médio; Itajaciara Barbosa da Silva – Xukuru kariri –
10 Representante do nível superior; Jullianna Meirelles do Nascimento Pereira – Representante
11 do nível superior; Regina Juliana Souza – Representante do nível superior; Vaneide Moraes
12 Lima – Karuazu – Representante dos AIS; José Carlos Pereira de Lima – Xukuru kariri –
13 Representantes dos AISAN; Ivana Fortes Peixoto Toledo – Coordenadora do DSEI; André
14 Albuquerque – Representante da FUNAI; Siloé Soares Amorim – Representante da UFAL.
15 Também estiveram presentes: Cícero Pereira da Silva – Karuazu; Mariana Barbosa de Souza –
16 enfermeira da EMSI Xoko; Cláudia Costa Gama – enfermeira da CAPAI; Katianne Xavier –
17 enfermeira da CAPAI; Maria Conceição da Silva Santos; Cinthia Moura Medeiros – DSEI; Flavia
18 Cardoso Ferro – Enfermeira da EMSI Geripanko; Luiz Antonio de Araujo – Geripanko; Maria
19 José Ferreira – DSEI; Maria Cistiane T. Santos – EMSI – geripanko; Monica da Consolação Leite
20 Freire – enfermeira da EMSI – Aconã; Theresa Priscila M. Barbosa – Enfermeira Geripanko;
21 Maria Tariana Vieira da Cruz – Técnica em enfermagem -EMSI Xukuru kariri; Jessica Melissa S.
22 Fontes - DSEI; Maynamy Santana da Silva – DSEI; Lília Daana Alves Tojal; Jonatan Farias de
23 Lima – Enfermeiro da EMSI – Karapotó Plakiô; Zennus Diny's Feitoza dos Santos – CIMI; Celso
24 Celestino da Silva – Pajé Xukuru Kariri; Vitória C. C. Cirqueira - DSEI; Marcos Alvilques Campos –
25 Tinguibotó – Assessor Indígena; Paulo Antonio dos Santos – Kalanko; Purinã Selestino - Pajé
26 Xukuru Kariri; Júlia Maranhão Salgueiro – Enfermeira da EMSI Tinguí boto; Clarice Pereira do
27 Nascimento – Enfermeira da EMSI Geripanko; Manoel Selestino – Cacique Waconã. Andreza
28 Maria dos Santos – Preposta IMIP; Ronny Peterson Lourenço Pereira; Ponto de Pauta:
29 Chamamento Público das Conveniadas. A reunião foi iniciada sem a presença da presidente
30 que se encontrava realizando uma consulta. Com a permissão da plenária, Junior Wassu
31 preside temporariamente a reunião até a chegada de Maria das Graças. Em seguida é iniciada
32 a discussão da pauta. Foi distribuído entre a plenária cópia do edital do Chamamento Público
33 entre os presentes. Junior explica que após a leitura de alguns documentos relacionados à
34 pauta, Marcos Sabaru dará informes sobre as reuniões que participou em Brasília para discutir
35 o referido assunto. Em sua fala, Marcos Sabaru afirma que não tem competência técnica para
36 fazer essa discussão, mas iria repassar os acontecimentos ocorridos na reunião da
37 subcomissão de saúde e fará a leitura do documento que foi confeccionado na referida
38 reunião. Afirma que há uma pressão forte por parte dos indígenas para que seja suspenso o
39 chamamento. Também coloca que o que foi acordado foi que até dezembro não se tomaria
40 nenhuma decisão enquanto não se pensava em algo através do GT, porém o chamamento
41 estava na proposta. Mas o GT precisa dizer o que as comunidades querem, o edital do
42 chamamento deve ser construído com a participação dos povos indígenas, e não
43 ocorreu dessa forma. Assim como também os editais deveria ser unificado, sendo
44 padronizado, mas isso não está acontecendo. Diante disso está sendo utilizados alguns
45 argumentos para a suspensão do chamamento: 1 – O acordo tinha sido para o

46 chamamento acontecer apenas em dezembro, caso fosse decidido pelo controle social,
47 povos indígenas e entidades; 2 – Necessidade de unificar o edital; 3 – Os povos
48 precisam ser ouvidos. Dijalma diz que precisam reforçar a SESAI antes de qualquer
49 decisão, seja ela concurso, instituto ou outra escolha. Marcos Sabaru apresenta o
50 acordo do TCU que não foi obedecido e que determina como deve acontecer o
51 processo. Este acordo diz que a multa seria suspensa até dezembro de 2018. Até esta
52 data o GT deveria se posicionar, porém o edital do chamamento foi lançado antes do
53 período acordado. Explica que não está sendo repudiado o chamamento, pois ele já
54 está no acordo. José João diz que o governo pediu sugestão aos povos, porém os povos
55 não se posicionaram e não temos como defender algo que não criamos, precisamos
56 discutir e defender o que queremos. Izabel Correia fala que é preciso refletir bem
57 sobre o momento político que estamos passando e analisar todas essas questões.
58 Marcos fala que o seu papel foi trazer para a plenária a discussão e todos os
59 documentos referente ao assunto em debate. Junior pergunta se a plenária está se
60 sentindo esclarecida solicitando em seguida que a mesma se pronuncie. Antonio
61 Kalanko fala que está com muitas dúvidas, pergunta se neste chamamento pode
62 também participar entidades de Alagoas. Izabel Correia informa que o chamamento foi
63 suspenso até a data da reunião do fórum de presidentes de CONDISI. Marcos Sabaru
64 informa que o movimento indígena pediu a suspensão, mas quem decide é o ministro.
65 Antonio Kalanko coloca a preocupação de que caso ocorra de uma empresa ganhar no
66 Estado de Alagoas, outra em Pernambuco sair fragmentando as empresas
67 responsáveis pelo DSEI. Prevê também a fragmentação das organizações de saúde.
68 José Carlos diz que se sente perdido quando não ver nenhuma proposta de nenhuma
69 aldeia da região, e pensa que em cima da hora não há como se criar propostas. Afirma
70 ainda que precisamos de pareceres para levar para a comunidade, para que tenham
71 maiores esclarecimentos, pois ver que não há muito o que fazer, pois dia seis já está
72 marcado para que o governo abra os envelopes e determinar quem vai tomar conta.
73 Purinã fala que hoje estamos com quase dezoito anos de saúde indígena diferenciada e
74 que estão a mercê e a intenção do governo é municipalizar. Afirma que o MPF
75 orientou a efetivação dos funcionários de saúde indígena quando foi criada a SESAI,
76 porém isso não aconteceu e hoje estamos presenciando a queda da saúde indígena
77 diferenciada. Questiona se a SESAI não pode com sua mão de obra e se os
78 trabalhadores não podem ser efetivados. Izabel pergunta como foi feita a adesão
79 atual. Andreza responde que o chamamento anterior foi nacional e o atual é por
80 DSEI's. Izabel retoma a fala e pergunta por que essa adesão agora está sendo feita por
81 Distrito. O cacique Manoel Selestino critica o tempo de fala e diz que os direitos dos
82 povos indígenas não nascem nas instituições e sim dos direitos fundamentais dos
83 indígenas. Relembra a luta dos guerreiros antepassados. Diz que quem tem que dizer o
84 que nós povo precisa somos nós mesmos e que não precisa de outras regiões para
85 decidir o que é melhor para os povos de Alagoas e Sergipe e coloca como sugestão a
86 efetivação dos trabalhadores na federação e fala que não precisa da proposta de

87 outros Estados, pois somos capazes de decidirmos sozinho o que é melhor para o
88 nosso povo. Itajaciara diz que sente falta de alguém na reunião que esclareça o que
89 está acontecendo e o que pode vir acontecer. Cita o caso do Maranhão, que ganhou
90 uma instituição sem experiência com a saúde indígena e que só recorreram depois do
91 processo acabado e acha que não devemos aguardar o resultado do chamamento.
92 Solicita que todos fiquem alerta no edital porque nele fica explicitado que o SASISUS
93 está sendo esquecido, portanto precisamos nos fortalecer. Andreza esclarece que é o
94 último ano de vigência do convenio como o IMIP, e como este ano é eleitoral, o
95 chamamento precisa ser feito até junho; e o IMIP também vai participar, se ganhar os
96 contratos continuam, só não depende da gestão que assuma. Antonio Kalanko fala que
97 tivemos sim propostas, que foi a permanência das conveniadas e em seguida o
98 chamamento, e pelo andar da carruagem não adianta reclamar porque o chamamento
99 vai acontecer. José João diz que concorda com Antonio, que agora o chamamento vai
100 acontecer porque não temos mais tempo, fala que precisamos acreditar em nós
101 mesmos, nas lideranças vividas e nas lideranças que estão iniciando. Não podemos
102 elogiar apenas as lideranças de ontem. Precisamos unir as lideranças de ontem com as
103 de hoje. A luta deve existir com união e que machuca as colocações de alguns que
104 fazem de que aldeia A ou B só existem por causa de alguém. Bruna coloca que pode
105 recorrer antes ou depois do chamamento, concorda com a fala de Antonio quando diz
106 que muita coisa não pode ser feito neste momento, mas não podemos permanecer de
107 braços encruzados. O cacique Edvaldo diz que precisamos de órgãos defensores, como
108 o MPF e FUNAI. Essas ONGS que vem por aí só vai acabar com tudo. Junior diz estar
109 preocupado com a abertura dos envelopes, acredita que não existe tempo para se
110 fazer nada, mas concorda com Itajaciara quando diz que é preciso trazer alguém que
111 possa trazer maiores esclarecimentos. Fabio diz que a discussão precisa continuar e
112 que nossa proposta foi a permanência da conveniada e que o edital acena para
113 rotatividade de profissionais e para a saída do IMIP, confirma o que o edital já diz, a
114 fragilidade da saúde indígena. Fala ainda que o aprendizado dos trabalhadores
115 aconteceu dentro das áreas, e que não é apenas responsabilidade da conveniada.
116 Acredita que o sindicato pode sim forçar a suspensão do edital para reformular
117 melhor. Zennus fala que o governo lança a proposta e rasga a constituição federal/ 88.
118 Os povos indígenas estão aceitando e o MPF nada tem feito. As divisões fazem com
119 que o governo perceba as fragilidades existentes e se aproveitem disso, portanto, a
120 união é fundamental. Questiona a presença da FUNAI e de todos os outros órgãos.
121 Afirma que o governo nega o direito dos povos com a sua ausência nas discussões.
122 José João fala sobre a proposta de Antonio que foi a permanência da conveniada,
123 pergunta se vamos continuar defendendo ou mudaremos de proposta. Precisamos
124 além de formular e enviar o documento, precisamos também cobrar e pressionar os
125 órgãos responsáveis. Precisamos reparar e cobrar da presidente do conselho para que
126 ela cobre das instituições e assim sucessivamente. Assim como também, nos atualizar
127 porque o que conseguimos antigamente, hoje não é mais assim. As leis mudam e os

128 direitos diminuem e as coisas se tornam cada vez mais difíceis. Propõe elaborar um
129 documento fortalecendo o que defendemos. Em seguida Maria das Graças assume a
130 mesa. Esclarece o motivo de sua ausência e fala que dois mil e dezessete foi o pior ano
131 para os povos indígenas. Está angustiada por que todos os outros povos estão na luta,
132 menos o povo da nossa região. Por conta disso conversou com algumas pessoas para
133 que essa reunião fosse organizada. O chamamento parou por conta de uma briga
134 fechada com o Estado da Paraíba. Todos os conselhos do país estão se reunindo nesse
135 momento para decidir o próximo passo. Precisamos pensar o que é melhor para nós
136 para podermos apresentar em Brasília. Caso a posição do fórum não seja respeitada,
137 vamos agir, porque a intensão é acabar com o controle social, portanto, ou a gente se
138 une ou tudo acaba, porque a lei que nos defende é a mesma que nos extermina. Siloé
139 diz que foi decidido na reunião anterior que todas as pendências seriam apresentada
140 nas reuniões do conselho para saber o que foi decidido. Não temos escritórios jurídicos
141 para encaminhar nossas demandas. Estão precisando junto com a gestão do DSEI,
142 obrigar a presença do MPF e/ou OAB, para que possamos nos fazer ouvir oficialmente.
143 Friza que as conquista dos povos dependem da união. Maynamy diz que não temos
144 força para lutar contra os partidos e que essa época de eleição o foco é o
145 financiamento dos candidatos a presidência. É preciso fortalecer as discussões políticas
146 e a união dos povos indígenas. Não temos uma seta jurídica porque não é interessante
147 para o governo que tenhamos um defensor. Temos instituições que nos apoia com
148 assessoria jurídica e precisamos provocar a assessoria jurídica porque foi criado pra
149 isso. Pensa que no momento temos que fazer uma carta de repúdio contra os políticos
150 que influenciam contra os povos indígenas. Izabel solicita que o assessor jurídico da
151 APOINME se posicione através de vídeo para explicar o que de fato está acontecendo.
152 Itajaciara informa que Carmem Pankararu e assessoria jurídica do SINDCOPSI estarão
153 presentes na reunião no dia seguinte para prestar os devidos esclarecimentos, porém
154 acredita que toda ajuda é bem vinda. Antonio Kalanko fala que concorda que a carta
155 seja feita para melhoria do edital e não contra o chamamento, porque essa foi a nossa
156 proposta. No segundo dia de reunião, Eline faz uma síntese das discussões anteriores,
157 em seguida solicita que Carmem Pankararu venha fazer a sua fala, que se inicia
158 colocando a surpresa que foi a noticia do chamamento, em Alagoas já acontecerá
159 agora, porém a previsão seria para depois. Apresenta Ivanir que faz parte do
160 departamento jurídico do SINDCOPSI, coloca a importância do CONDISI está se
161 reunindo, e diz que o sindicato é um órgão de apoio, que seu papel é defender o
162 trabalhador caso este seja prejudicado pela situação, porém o CONDISI é fundamental.
163 Em seguida contextualiza que esteve em reunião no FPCONDISI, APIB, SESAI, na qual
164 foi colocada a questão do chamamento, segundo Carmem, o secretário da SESAI
165 afirmou que todos já sabiam que esse ano ocorreria o chamamento. Carmem diz que
166 todos erramos pois não pensamos nos critérios, dando margem para a construção de
167 um edital no modelo que eles querem. O objeto do chamamento não é voltado para a
168 especialidade dos povos indígenas, a situação dos profissionais são Inconsideráveis ao

169 que se refere as especificidades, culturalidade e comportamento. O chamamento não
170 considera as especificidades. Outro fato é que a pontuação foi alterada em
171 comparação ao chamamento de 2014. Hoje o SPDM, Caiuá, IMIP tem perfil parecido e
172 em consonância com a PNASPI, assim como os pagamentos estão em ordem, os
173 direitos trabalhistas estão garantidos, a instituição segura quando o governo demora a
174 fazer o repasse do recurso. Fala também da inadimplência sobre o passivo trabalhista.
175 Diz que o processo está em andamento e que está em ordem, pois estão recebendo as
176 parcelas tranquilamente. Hoje o argumento do gestor da SESAI é de que o IMIP está
177 com o passivo trabalhista todo acima. O edital foi alterado, não considera a
178 especialização dos trabalhadores. Frisa que o edital é tendencioso, pois exclui os
179 convênios que já estão. Se o IMIP fosse inadimplente, não receberia o repasse.
180 Também cita a estrutura do IMIP em comparação com outras instituições que já
181 ganharam o edital. No momento ainda não pode falar em nome do SINDCOPSI, porque
182 nenhum trabalhador foi prejudicado. Todos os órgãos de controle social se
183 posicionaram contrário a forma como foi imposta esse chamamento e o CONDISI
184 AL/SE pode fazer uma carta de repúdio ou recomendações. Coloca que o objeto do
185 chamamento tem que ser específico, respeitando a 9836/90 e a PENASP/ 2002. O
186 FPCONDISI pediu que não houvesse chamamento até o final da reunião e foi acatado.
187 Pediu também que o chamamento fosse realizado por blocos regionais e fosse único,
188 não separado por DSEI. Em seguida Ivani, indígena Pankararu, se pronuncia falando
189 que nosso trabalho vai mais além do que sermos trabalhador da saúde indígena, e que
190 esse contexto prejudicará o usuário. Somos também controle social do DSEI com vários
191 representantes, fato que nos dá segurança para discussão baseada na legalidade. O
192 CONDISI deve fazer o documento baseado nos seus regimentos, fundamentando a
193 legalidade. O SINDCOPSI não é indígena. Nós só existimos por conta do subsistema. O
194 CONDISI deve seguir o regimento de acordo com o que foi trabalhado. O CONDISI é
195 deliberativo. Precisamos entender nossa política e nossos direitos. A enfermeira Julia
196 pergunta como fica a situação dos trabalhadores, caso mude de convenio, se estes vão
197 poder seguir ou não no trabalho. Maynamy diz que tem brecha no TST, pois o
198 trabalhador não poderá recorrer ao SINDICOPSI. Fala que é contra os parâmetros
199 utilizados para concurso, pois não valorizam as especificidades da saúde indígena,
200 reitera a fala de Carmem sobre pontuação e critérios do edital do chamamento, cita o
201 desmonte da saúde indígena e diz que não defende uma política de emprego e sim
202 mão de obra qualificada. Izabel Correia reitera a fala de Maynamy e questiona sobre
203 quem politicamente gere a SESAI, porque Alagoas? Pensa que é interesse de alguém.
204 Pergunta onde está a comissão que foi tirada para discutir o modelo de contratação.
205 Pergunta também como pode o processo está suspenso se na próxima semana a
206 presidente do CONDISI viajará para participar da reunião de abertura dos envelopes.
207 Coloca que o controle social está enfraquecido, não falam, não agem, os conselhos não
208 se expõem, não reagem. E nos DSEI onde ocorreram chamamento como os CONDISI se
209 posicionaram? Coloca que esse chamamento não reconhece nossas especificidades.

210 Começou no Amapá em 2017. Fala da experiência do que estão vivenciando lá. O
211 edital da Santa Casa tem apresentado discrepância. No Mato Grosso do Sul, mais de
212 seis mil trabalhadores estão sendo prejudicados. Neste edital ocorreram seis
213 mudanças no decorrer do certame. Eline fala que os devidos esclarecimentos já foram
214 realizados e se a plenária se sentir devidamente esclarecida, poderemos partir para
215 elaboração do documento. Em acordo com a plenária foi realizada a construção do
216 documento, em seguida foi feita a leitura coletiva, aprovado por todos presentes,
217 assinado e encaminhado aos órgãos: SESAI/ MPF/AL; MPF/SE; FPCONDISI; DSEI AL/SE;
218 FUNAI. Não tendo nada mais a tratar naquele momento foi dada por encerrada a
219 reunião da qual segue esta ata que após lida e aprovada será assinada por todos
220 conselheiros presentes nesta reunião.

221 Manoel Manoel da Silva
222 Luanne Fátima Rios Rodrigues
223 Rony Pitimontauany Rony
224 Luíza Juliana S. Silva
225 Rubio José de Lima Junior
226 Edilson
227 Eitel Amaro
228 Itajaciara Babosa da Silva
229 Romário Moreira Lima
230 Elvina Jureta de Lima
231 Maria dos Graças Soares de Azevedo
232 Antônio de Jesus
233 José Carlos Bezerra de Lima
234 Djalma Soares
235 Sílcio Xavier
236 Reginaldo de Souza

237

238

239